



## O ENSINO DE HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o uso de fontes visuais como estratégia de mediação pedagógica no PIBID

SANTOS, Alice Roque dos <sup>1</sup>  
FILHO, José Higo dos Santos <sup>2</sup>  
ALMEIDA, Maria Clara Lopes de <sup>3</sup>  
SILVA, Mayra Maria da <sup>4</sup>  
OLIVEIRA, Alice Virginia Brito de <sup>5</sup>

### RESUMO

O ensino de História enfrenta o desafio constante de construir práticas pedagógicas inclusivas que superem modelos tradicionais e contemplem a diversidade de estudantes em sala de aula. O objetivo da pesquisa foi investigar como o uso sistemático de imagens, no âmbito do PIBID, contribui para a democratização do saber histórico e para a efetivação da inclusão escolar. A metodologia adotada foi de uma abordagem qualitativa, adotada por meio da pesquisa descritiva, documental e bibliográfica, assim como o relato de experiência como procedimento metodológico central para refletir sobre a prática docente. Os resultados demonstram que a verdadeira inclusão ocorre no cotidiano escolar por meio de intervenções que valorizam a alteridade e a multiplicidade de linguagens. Desta forma, o entusiasmo e a autonomia dos estudantes foram potencializados pela mediação imagética, superando as barreiras do livro didático tradicional.

**Palavras-Chave:** Neurodivergência, História, Inclusão Escolar, Imagens, PIBID.

### 1 INTRODUÇÃO

O Ensino de História, enquanto campo de produção e difusão do conhecimento tem sido constantemente desafiado a se reinventar diante das demandas contemporâneas, sobretudo no que se refere à construção de práticas pedagógicas inclusivas. Nessa perspectiva, o uso de imagens emerge como um recurso didático relevante, capaz de ampliar as possibilidades de aprendizagem ao

---

<sup>1</sup> Graduando em Licenciatura em História, bolsista do Projeto Interdisciplinar de História/Pedagogia do PIBID/UNEAL, Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), *Campus Arapiraca*, [alice.roque.contato@gmail.com](mailto:alice.roque.contato@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduando em Licenciatura em História, bolsista do Projeto Interdisciplinar de História/Pedagogia do PIBID/UNEAL, Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), *Campus Arapiraca* [higo.santos008@gmail.com](mailto:higo.santos008@gmail.com);

<sup>3</sup> Graduando em Licenciatura em História, bolsista do Projeto Interdisciplinar de História/Pedagogia do PIBID/UNEAL, Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), *Campus Arapiraca*, [gclaralopes@gmail.com](mailto:gclaralopes@gmail.com);

<sup>4</sup> Graduando em Licenciatura em História, bolsista do Projeto Interdisciplinar de História/Pedagogia do PIBID/UNEAL, Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), *Campus Arapiraca*, [mayraaamaria@gmail.com](mailto:mayraaamaria@gmail.com);

<sup>5</sup> Doutora em Educação, Coordenadora de área do PIBID da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), *Campus Arapiraca*, [aliceoliveira@uneal.edu.br](mailto:aliceoliveira@uneal.edu.br).



articular diferentes linguagens e formas de interpretação do passado. Contudo, apesar do reconhecimento de seu potencial, ainda são limitadas as investigações que abordam o uso sistemático de imagens em perspectiva inclusiva, especialmente no âmbito da Educação Básica em processos de formação docente, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

A ampliação das políticas de inclusão educacional no Brasil, impulsionada por marcos legais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), reforça o compromisso do sistema educacional com a garantia de acesso, permanência e aprendizagem de todos os estudantes.

Nesse contexto, a experiência analisada neste estudo foi desenvolvida em uma escola da rede municipal de Arapiraca–AL, no período de fevereiro até dezembro de 2025, envolvendo turmas do turno matutino, especificamente, o 6º ano “B”, “C” e o “D”. As referidas turmas apresentavam um perfil heterogêneo, incluindo estudantes com diferentes ritmos de aprendizagem, dentre eles alunos com transtornos do neurodesenvolvimento, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o que demandou a adoção de práticas pedagógicas adaptadas e inclusivas.

No entanto, é certo que as mudanças necessárias para a construção de uma verdadeira inclusão ocorrem a passos curtos, como é citado por Vasconcelos; Rahme; Gonçalves (2020, p. 556) “entretanto, tais avanços legais não têm sido acompanhados, na mesma proporção, por mudanças efetivas na prática cotidiana, o que evidencia um descompasso entre a legislação e a realidade escolar”. Nesse sentido, a inclusão não pode se limitar ao acesso físico do estudante à escola, mas deve garantir sua participação ativa nos processos de ensino-aprendizagem.

No campo específico do ensino de História, a incorporação de imagens como fontes e recursos didáticos está diretamente relacionada às transformações historiográficas ocorridas ao longo do século XX, especialmente com a ampliação do conceito de fonte histórica promovida pela Escola dos Annales. Essa perspectiva é corroborada por Reis (2000, p.21) “tal perspectiva permitiu reconhecer diferentes formas de produção humana como objetos legítimos de análise, incluindo imagens, o que impactou significativamente as práticas de ensino”.

Assim, o uso de imagens em sala de aula não se configura apenas como estratégia metodológica, mas como desdobramento de uma mudança epistemológica na própria compreensão da História.



Entretanto, a utilização de imagens no ensino não é, por si só, garantia de aprendizagem significativa. Quando empregadas de forma descontextualizada ou meramente ilustrativa, tais recursos podem reforçar práticas superficiais e poucas críticas. Conforme apontam estudos recentes, é necessário que o trabalho com imagens esteja articulado a uma proposta pedagógica consistente, que promova a análise, a interpretação e a problematização dos conteúdos históricos (Romero, 2020). Dessa forma, o desafio reside em transformar o uso de imagens em ferramenta efetiva de construção do conhecimento, e não apenas em elemento acessório do processo educativo.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar de que maneira o uso sistemático de imagens, no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), pode contribuir para a democratização do saber histórico, bem como para a efetivação de práticas inclusivas no contexto da Escola Municipal Maria de Nazaré Rodrigues, promovendo a participação ativa dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem.

## **2 METODOLOGIA**

A presente pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, adotando o relato de experiência como procedimento metodológico central. Segundo a perspectiva das narrativas docentes, este método permite que o pesquisador reflita sobre sua prática, transformando a vivência em sala de aula em objeto de análise científica (Fraga, 2024).

A natureza e o enquadramento teórico-metodológico assumem um caráter descritivo e reflexivo. A escolha por essa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender as nuances da inclusão escolar em contextos reais de ensino de História. Para tanto, a investigação alinha-se aos preceitos da autoformação docente, onde a prática pedagógica é compreendida como um percurso contínuo de aprendizagem e adaptação diante das barreiras educacionais (Fraga, 2024).

Quanto aos procedimentos de coleta de dados e instrumentos foi estruturada em duas dimensões complementares, o primeiro o levantamento normativo e bibliográfico: Realizou-se uma análise documental focada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e na Lei Brasileira de Inclusão (LBI nº 13.146/15). Este arcabouço serviu para fundamentar o direito à educação de



qualidade para alunos com deficiência e transtornos de aprendizagem, dialogando com as categorias de neurodivergência (Batista, 2024).

O segundo momento de intervenção prática e observação participante: A aplicação ocorreu no âmbito do PIBID em uma escola de Arapiraca, em Alagoas. O principal instrumento didático foi a fonte imagética "*O Salão Literário*" (1782). A técnica consistiu na mediação pedagógica através da projeção digital, utilizando a imagem como "testemunha ocular" (Burke, 2004) para facilitar a compreensão do Iluminismo por estudantes que apresentam dificuldades na decodificação de textos puramente abstratos.

Em relação aos sujeitos e o contexto da pesquisa, o campo de observação envolveu educandos do ensino fundamental, incluindo alunos com perfis neurodivergentes. A seleção da amostra (os relatos das aulas) focou em momentos em que a barreira do livro didático tradicional foi superada pela ludicidade e visualidade da imagem, promovendo o que a literatura define como equidade pedagógica.

A análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo reflexiva. As interações orais espontâneas dos alunos foram registradas e categorizadas com base no engajamento e na capacidade de realizar associações temporais (passado/presente). O critério de análise não foi a mensuração quantitativa, mas a verificação da eficácia da fonte histórica como ferramenta de inclusão e democratização do saber histórico.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É fato que a promoção de uma Educação Inclusiva é extremamente desafiadora, e isso pode ser confirmado ao analisarmos toda a trajetória desse debate que, cada vez mais, cria notoriedade e força. A Educação Inclusiva permite que os olhos se voltem para a heterogeneidade presente na nossa sociedade, evidenciando e valorizando a alteridade; isto é, as diferenças. Esta linha de raciocínio é muito importante, pois a perspectiva homogênea acaba sendo excludente. Tendo isso em vista, este trabalho se atrela à necessidade de buscar estratégias para a construção de uma educação mais inclusiva que, neste caso, relaciona-se com as aulas de História.



Há de se considerar que, são muitas as problemáticas que envolvem a não efetivação de uma Educação Inclusiva em sua totalidade; dentre elas, está a descrença dos professores neles próprios e nos seus papéis, porque acham que esse tema - a Educação Inclusiva - é somente da alçada do Governo e, devido a isso, precisam deixá-la de lado. Entretanto, os docentes podem e devem contribuir com a produção de práticas educacionais inclusivas, pois a inclusão também se faz nas pequenas ações diárias. Como citado por Fraga (2024, p. 15), “buscar saber como o Ensino de História pode ser pensado de modo a auxiliar um comportamento mais autônomo e como pensar aulas de História para todos os estudantes são incitações da docência inclusiva”. Ademais, Batista (2024, p. 4) pontua que:

Ao compreenderem os desafios enfrentados pelos alunos neurodivergentes e aprenderem a lidar com eles de maneira eficaz, os professores podem promover uma educação mais inclusiva, garantindo que todos tenham a mesma oportunidade de aprender.

Consoante ao exposto, sem esse entendimento e autoformação acerca da necessidade de compreender seus alunos, os docentes, dificilmente, conseguirão promover práticas inclusivas eficazes.

No que concerne ao uso de imagens como recurso didático, é certo que há um grande potencial em relação à facilitação do processo ensino-aprendizagem, pois contribuem, significativamente, com a compreensão dos conteúdos. Pode-se colocar que as imagens nos ajudam a sair da abstração e achar algo mais palpável para o nosso entendimento, e, quando estão relacionadas ao passado, auxiliam ainda mais na formação de um olhar crítico. Isso é abordado por Coelho (2012, p. 197):

Essas gravuras abrem um leque de possibilidades para o conhecimento do passado, sendo ainda um ponto positivo na formação do aluno, que, aprendendo a ler as imagens na escola, poderá ler o mundo à sua volta, podendo assim ser um cidadão mais crítico e formador de opinião na sociedade a que pertence.

Destarte, resolveu-se utilizar as imagens como ferramenta de inclusão dos alunos, principalmente, àqueles com alguma neurodivergência, nas aulas de História realizadas no PIBID. Pois, o que, geralmente, acontece é a integração dos alunos sem uma verdadeira inclusão, porque eles são inseridos nas salas, mas não ficam inteirados do conteúdo, fazendo apenas atividades distintas. Fraga (2024, p. 74)

reforça essa ideia citando que “garantir a presença física de alunos considerados diferentes no espaço escolar sem promover uma transformação real no modo como a diferença é tratada no cotidiano escolar, não significa, de fato, incluir”.

**Figura 01.** Aula sobre os Povos Mesopotâmicos.



Fonte: Arquivo pessoal dos autores, 2025.

A foto foi tirada em agosto de 2025, quando estavam sendo ministradas as aulas acerca do conteúdo de Mesopotâmia. Nos slides, foram acrescentadas diversas imagens que caracterizam a cultura e o cotidiano de cada povo da Mesopotâmia, e sempre era pedido que os alunos - neurodivergentes ou não - analisassem os elementos das imagens. Essa prática era usada em todo e qualquer assunto, já que havia a necessidade de facilitar o ensino-aprendizagem e, esta ação, estava cumprindo esse papel, por isso, foi adotada durante todo o ano letivo de 2025. Vale destacar que, a imagem foi capturada de um ângulo que preserva a identidade dos estudantes, que se encontram de costas ou de perfil, estando em conformidade com as diretrizes éticas de pesquisa.

No que diz respeito aos resultados obtidos com o uso das imagens, percebeu-se uma maior interação dos alunos neurodivergentes. Sempre era solicitado que eles fizessem uma análise da imagem, apresentando os elementos



que estavam presentes e o que se percebia era um grande entusiasmo dos alunos por estarem participando. Ademais, os próprios alunos neurodivergentes traziam feedbacks, expressando que as aulas de História eram as melhores. Logo, entende-se que a utilização de imagens tem um certo potencial inclusivo e que para reforçar e construir novas estratégias com uso de imagens para o Ensino de História, é necessário colocar essa discussão em evidência.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em linhas gerais, o presente trabalho se propôs em discutir as possibilidades de uma educação inclusiva a partir do imagético. Ao se inserir na sala de aula, através do PIBID, o discente de licenciatura passa a desenvolver e observar na prática metodologias de ensino. Seguindo nessa linha de pensamento o uso de imagens exposto neste artigo fez parte de nossas experiências enquanto pibidianos, em uma escola do Município de Arapiraca - AL.

A cada plano de aula proposto os alunos neurodivergentes foram sempre colocados como pauta, pois não basta o acesso à escola; para haver inclusão é preciso intervir na participação desse aluno no processo de ensino e aprendizagem. Logo, explorar imagens ilustrativas condizentes com o conteúdo, auxilia na compreensão do conhecimento histórico por parte desses discentes, uma vez que o uso da sua imaginação será ativado, porém é preciso ter cautela e ser um mediador entre o aluno e as imagens.

Dessa maneira, mediando o uso de imagens com alunos neurodivergentes foi possibilitado verificar um maior engajamento nas aulas por parte dos mesmos, como também uma efetiva compreensão do conhecimento histórico acerca dos assuntos trabalhados. Portanto, o uso das imagens como um recurso de inclusão nas aulas de ensino de História tem sua relevância; não é a solução em sua totalidade para a inclusão, mas é um passo um tanto significativo.

Diante disso, pode-se concluir que a verdadeira inclusão se constrói no chão da sala de aula, partindo ativamente dos agentes educativos, neste caso, o docente e seus pibidianos. Dessa forma, com a experiência no PIBID, foi perceptível que pequenas ações como o uso do imagético, pode adquirir grande relevância no processo de ensino e aprendizagem e, assim, contribuir para a efetivação da inclusão na sala de aula.



## 5 AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) - Campus I.

## REFERÊNCIAS

- BATISTA, Patrícia do Nascimento. **Inclusão escolar de alunos neurodivergentes: guia prático em contributo à formação continuada docente.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, 2024.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- COELHO, Tiago da Silva. A imagem e o ensino de história em tempos visuais. **PerCursos**, v. 13, n. 2, p. 188-199, 2012. Disponível em: <[A IMAGEM E O ENSINO DE HISTÓRIA EM TEMPOS VISUAIS | PerCursos](#)> Acesso em: 12 mar. 2026.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem.** Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- FRAGA, Lucyana Farani de Campos. **Inclua-se Nessa História: narrativas e percursos de autoformação docente para a construção de aulas de história inclusivas.** (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Departamento de Educação - DEDC I, Salvador, 2024.
- REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em História.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- ROMERO, Marcelo. A charge como fonte histórica e ferramenta didática no ensino de História. **Cadernos do Aplicação**, v. 33, n. 1, jan./jun. 2020. Disponível em: <[A charge como fonte histórica e ferramenta didática no ensino de História | Cadernos do Aplicação](#)> Acesso em: 15 mar. 2026
- VASCONCELOS, Simone Pinto; RAHME, Mônica Maria Farid; GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. Transtorno de Espectro Autista e práticas educativas na educação profissional. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 4, p. 555–570, out./dez. 2020. Disponível em: <[SciELO Brasil - Transtorno do Espectro Autista e Práticas Educativas na Educação Profissional\[1\] Transtorno do Espectro Autista e Práticas Educativas na Educação Profissional<sup>\[1\]</sup></a>> Acesso em: 19 mar. 2026.](#)